

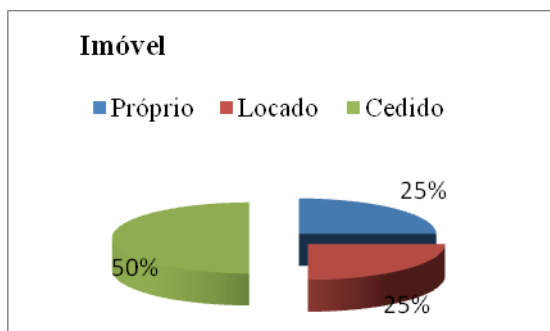
## **1. DADOS E GRÁFICOS**

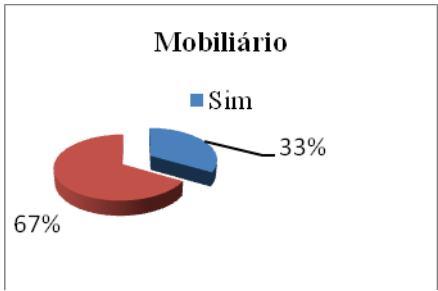
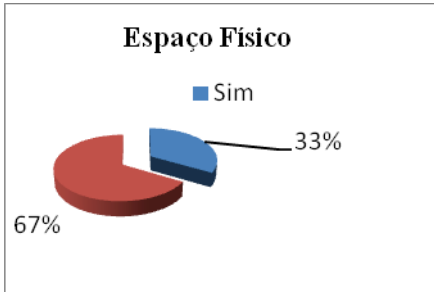
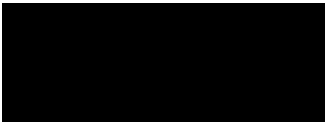
Com o objetivo de traçar um panorama estatístico e gráfico da rede de proteção de crianças e adolescentes no município de Canaã dos Carajás e em conformidade com o já exposto no item 4: “Informações Apuradas” deste relatório, segue abaixo detalhamento por eixo do Sistema de Garantia de Direitos (Defesa e Responsabilização; Atendimento e Prevenção e Controle Social).

### **Eixo Defesa e Responsabilização**

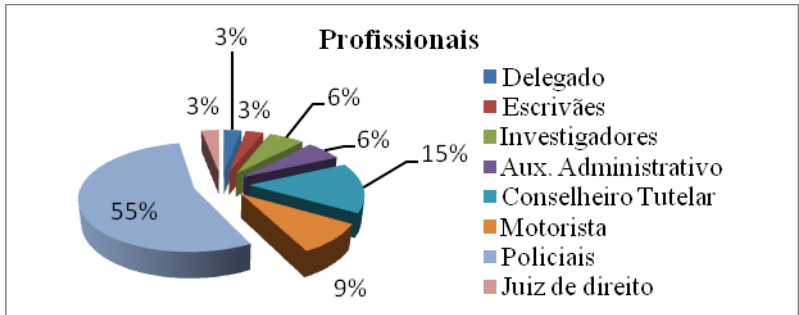
Os quatro órgãos deste eixo entrevistados foram: Conselho Tutelar, Juizado, Delegacia de Polícia Civil e Polícia Militar.

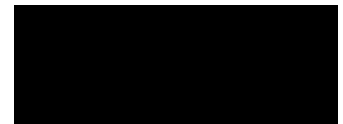
Destes apenas um possui sede própria, um é locado e outros dois estão instalados em imóvel cedido. Apenas um órgão considera o espaço físico, mobiliário e os equipamentos adequados. A maior queixa dos órgãos refere-se a falta de espaço físico para atendimento à população, mobiliário precário e escasso e falta de computadores e impressoras em número suficiente para a demanda do serviço.





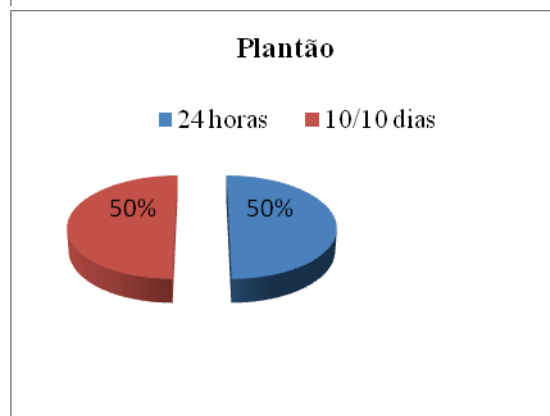
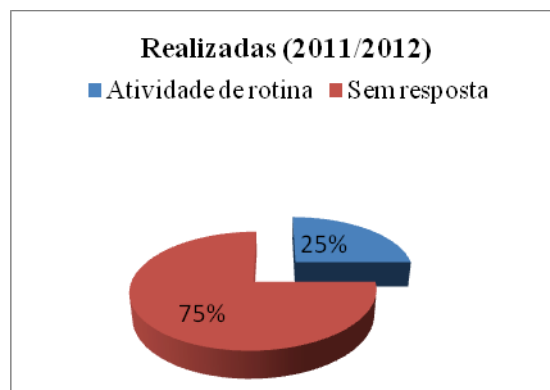
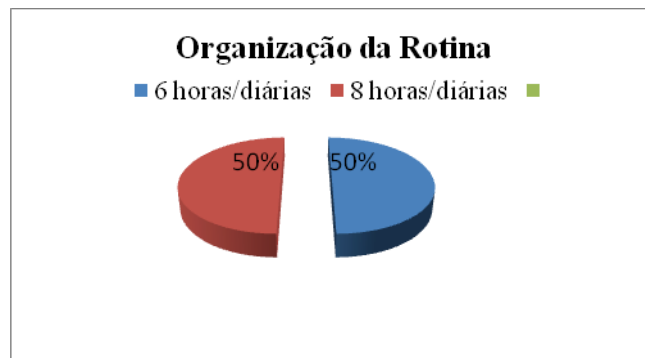
O quadro de profissionais possui 28 efetivos e dois temporários disponíveis. Esse é um dado interessante, o município pode construir um trabalho mais efetivo e em médio prazo, visto que a permanência dos profissionais é mais duradoura.

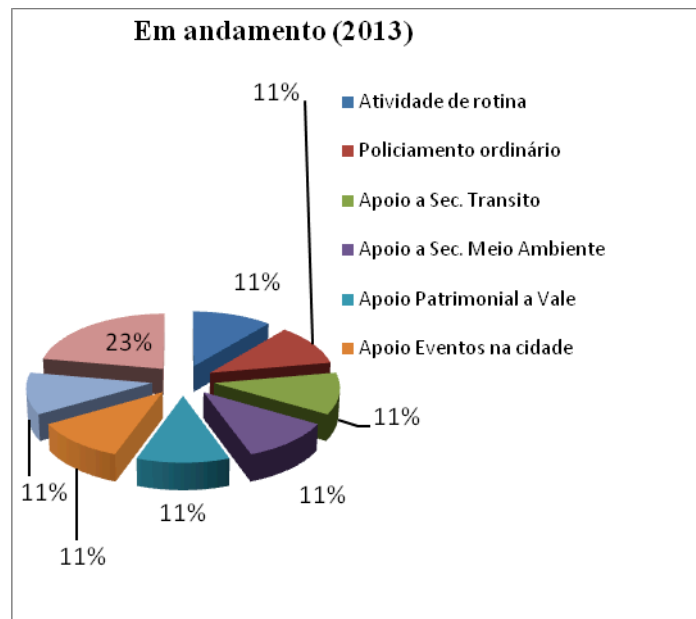
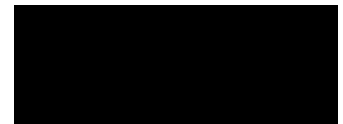




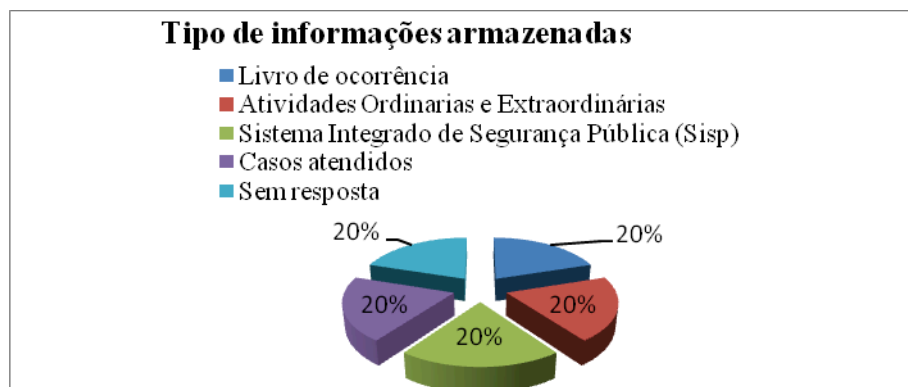
A rotina dessas organizações obedece a horários diversos, que podem variar entre 6 horas ou 8 horas diárias, além de plantões de 24 horas ou de 10 dias corridos com descanso pelo mesmo período.

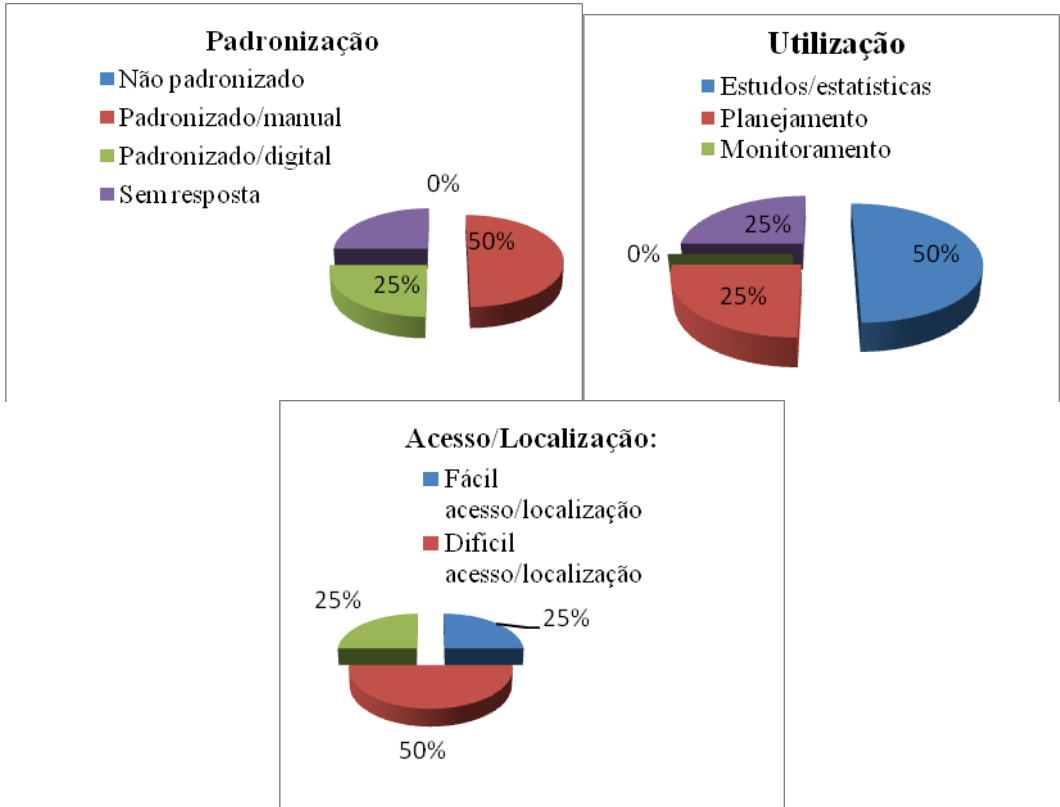
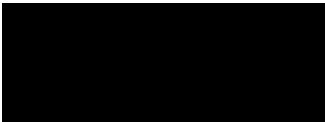
Apenas uma instituição explicitou para o entrevistador a sua rotina de trabalho, bem como as atividades executadas em 2013 e as planejadas para 2014. As atividades executadas são as atividades de rotina, policiamento ordinário, apoio à Secretaria de Trânsito, apoio à Secretaria de Meio Ambiente, apoio Patrimonial à Vale, apoio em eventos da cidade e quinzenalmente apoio do Batalhão de Choque da Capital. Como planejamento, ainda que não formal, sendo respondido como “desejo” o órgão declarou que deseja em 2014 promover um encontro com todo o Sistema de Garantia de Direitos.



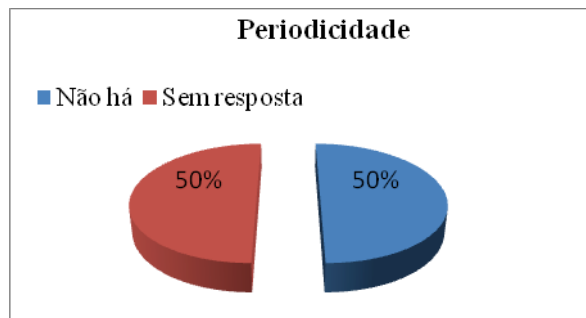
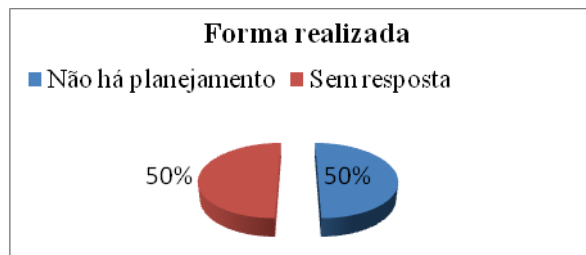


Em relação ao sistema de registro, o arquivamento dos dados e a manipulação de informações, apenas uma das instituições não respondeu a esse quesito. O livro de ocorrência e o Sistema Integrado de Segurança Pública (SISP) são os instrumentais de registros de casos e de atividades ordinárias e extraordinárias. Sendo que apenas um possui padronização digital e de fácil acesso. A padronização manual e o difícil acesso foi constatado em dois órgãos. Dois órgãos dizem utilizar essas informações para estudos e estatísticas, um para monitoramento e outro não respondeu.

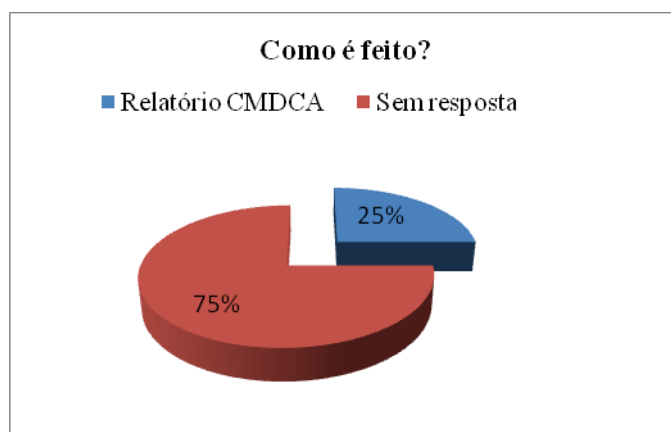
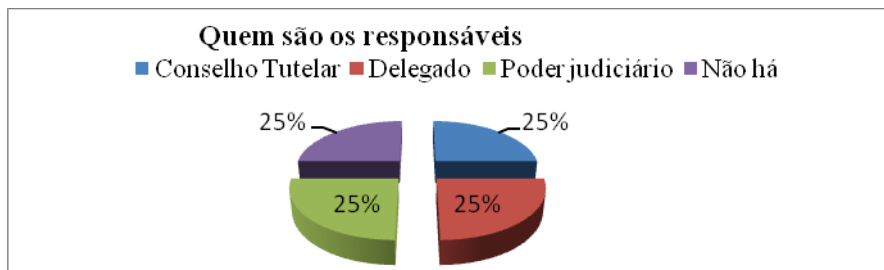




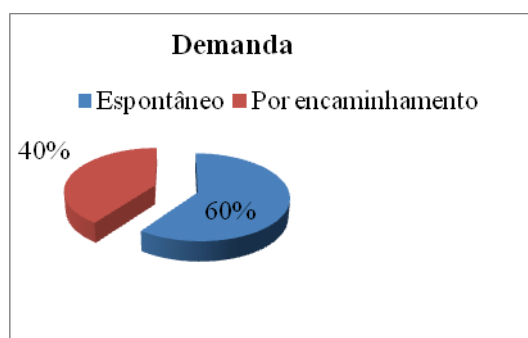
Quanto ao planejamento das atividades duas instituições não responderam. Dois órgãos dizem realizar planejamento, no entanto não relatam a periodicidade com que é feito.

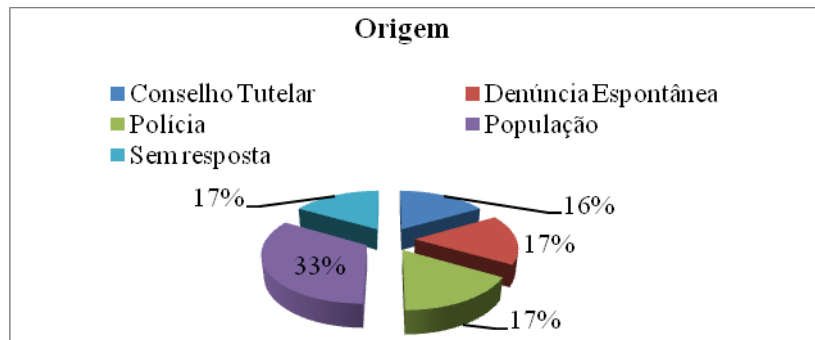
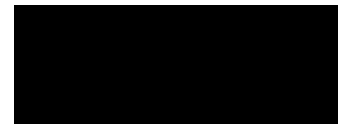


Os gráficos revelam que a autoridade máxima de cada órgão é o responsável por fazer o monitoramento e a avaliação. Sendo que apenas o Conselho Tutelar explicita a forma como é realizado: relatório ao Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA).

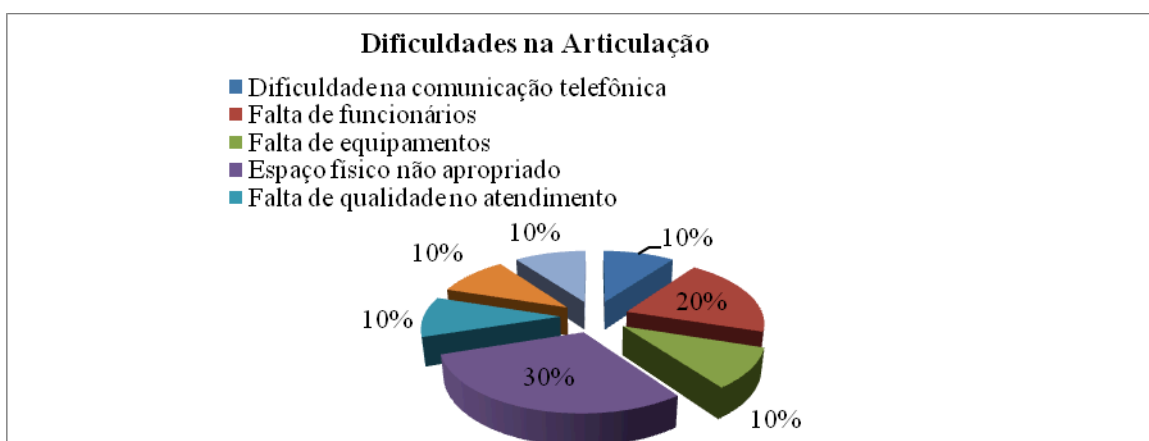
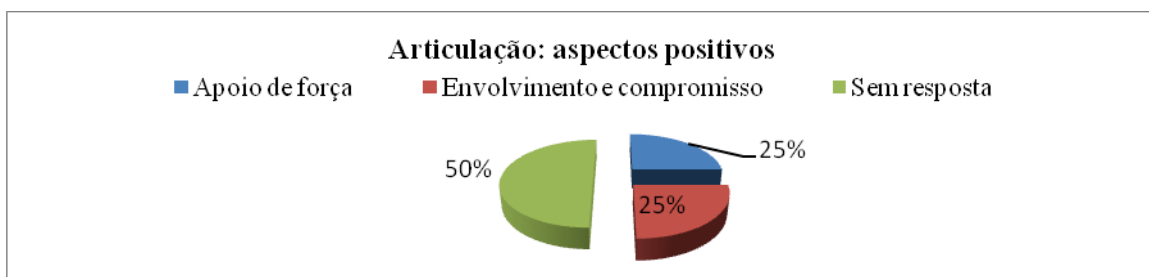


Em relação a interface do trabalho da instituição com a violência sexual contra criança e adolescente, a maioria dos atendimentos são por demanda espontânea, sendo que os 40% por encaminhamento têm origem de diversos outros órgãos do SGD e da própria população.



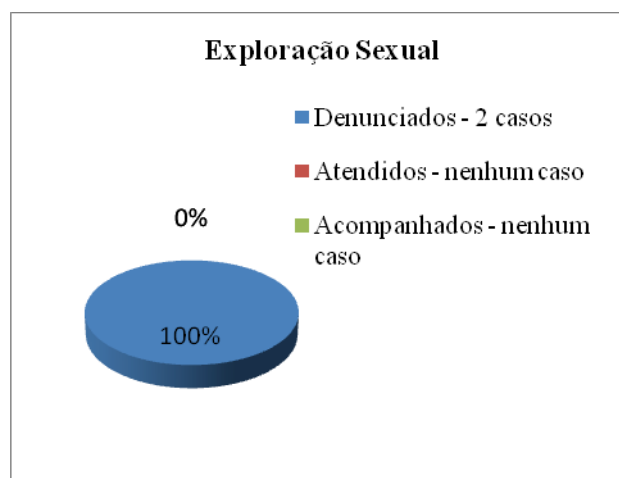
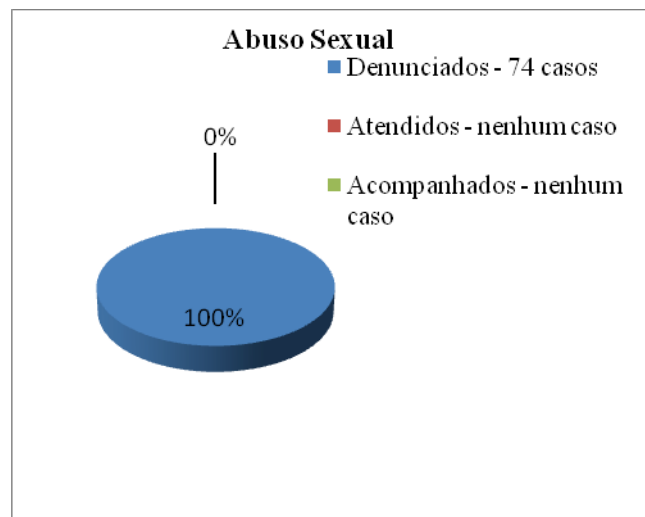


Na articulação com outros órgãos da rede, os atores da Defesa e Responsabilização citaram como ponto positivo apoio e força policial, envolvimento e compromisso. Como dificuldade a comunicação telefônica, a falta de funcionários, equipamentos, o espaço físico não apropriado, a falta de qualidade no atendimento e a falta de qualificação profissional.

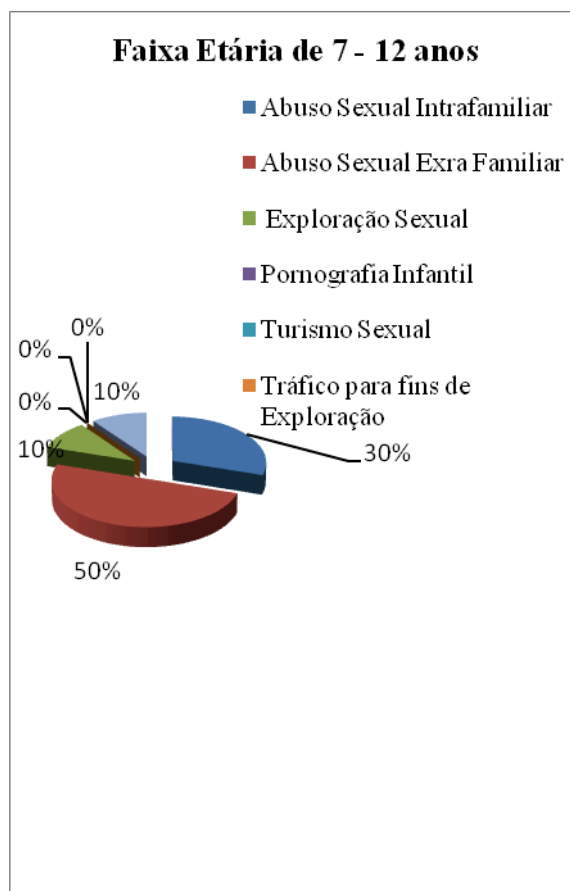
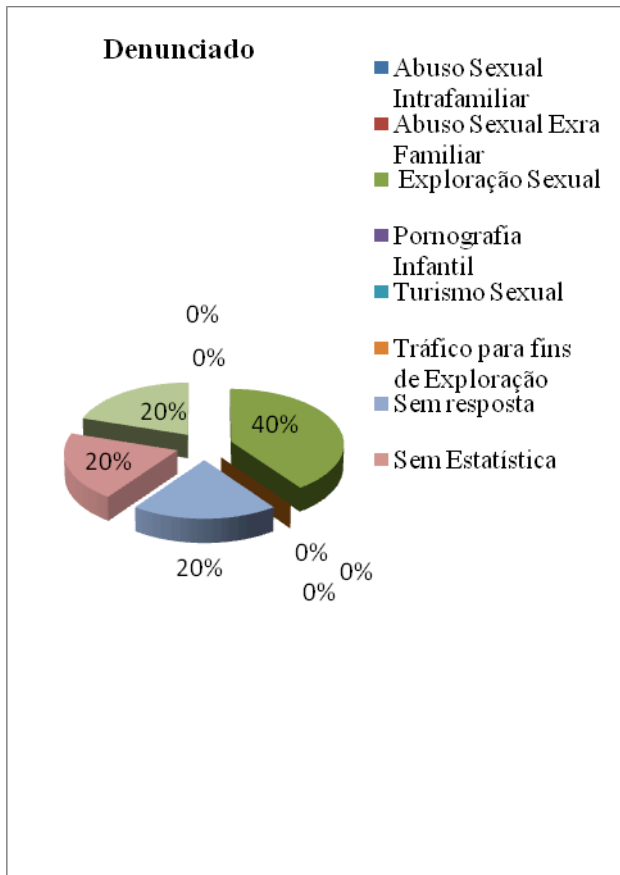
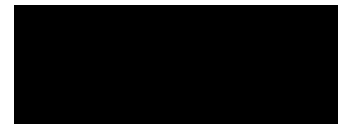


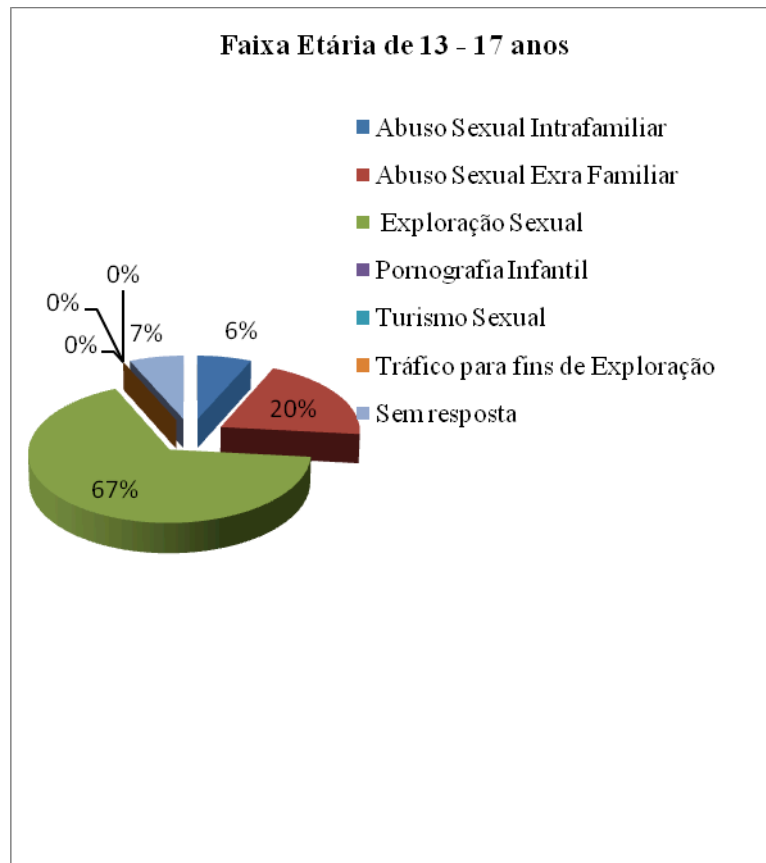
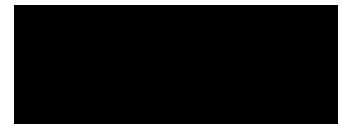
**PRODUTO 2**

A totalidade dos órgãos entrevistados afirma existir violência sexual infantojuvenil em Canaã dos Carajás. Os dados são oferecidos nas entrevistas de forma empírica (ver comentário: “perdi as contas”), sendo revelado 74 casos de abuso sexual e dois de exploração sexual no último ano. Como a sistematização de casos é uma problemática, quando perguntado o tipo da violência sexual surgem novos números, sendo 15 casos de abuso sexual e 13 de exploração sexual. Na faixa etária de 7 a 12 anos, 30% dos casos é de abuso sexual intrafamiliar e 50 % de extrafamiliar. Já na faixa etária de 13 a 17 anos o maior índice é de exploração sexual (67%) e 20% é de abuso sexual extrafamiliar. Apesar de uma das instituições entrevistadas informar que existe um número elevado de casos nesta temática, no momento, não estava com a estatística disponível. Os dados abaixo, sobre casos de violência sexual, revelam a existência desta problemática, sem haver um tratamento estatístico que possa oferecer dados mais precisos na tipificação do fenômeno.

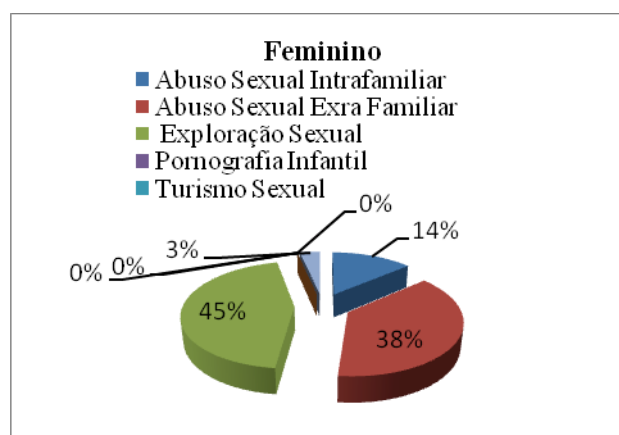


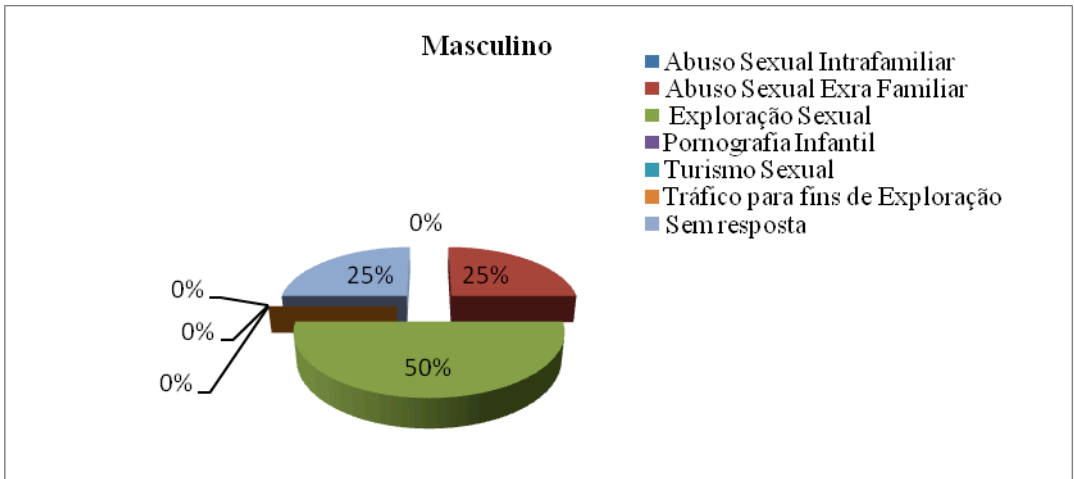
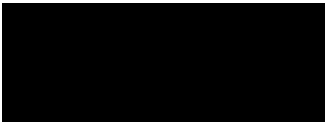




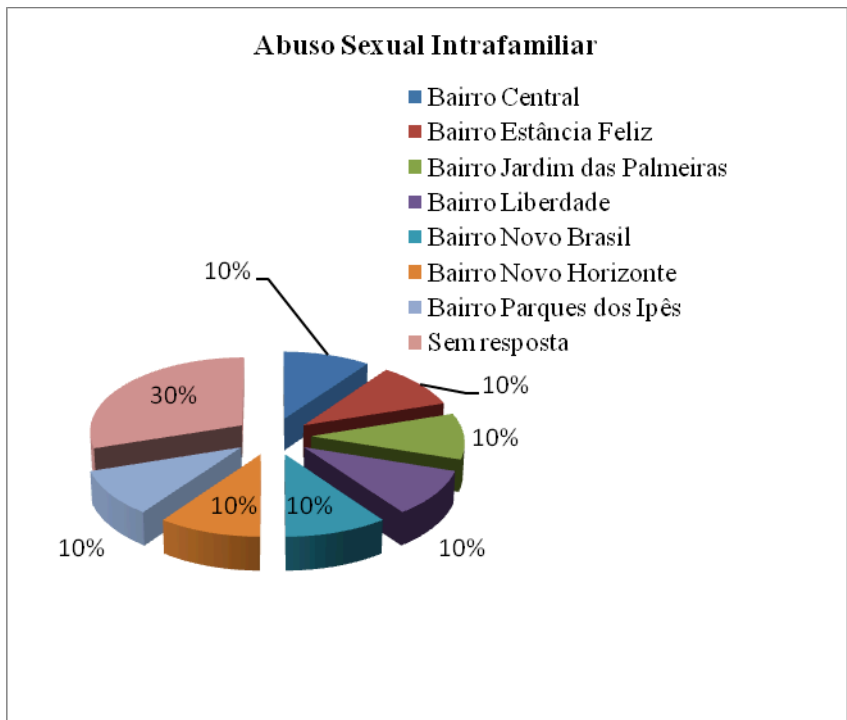


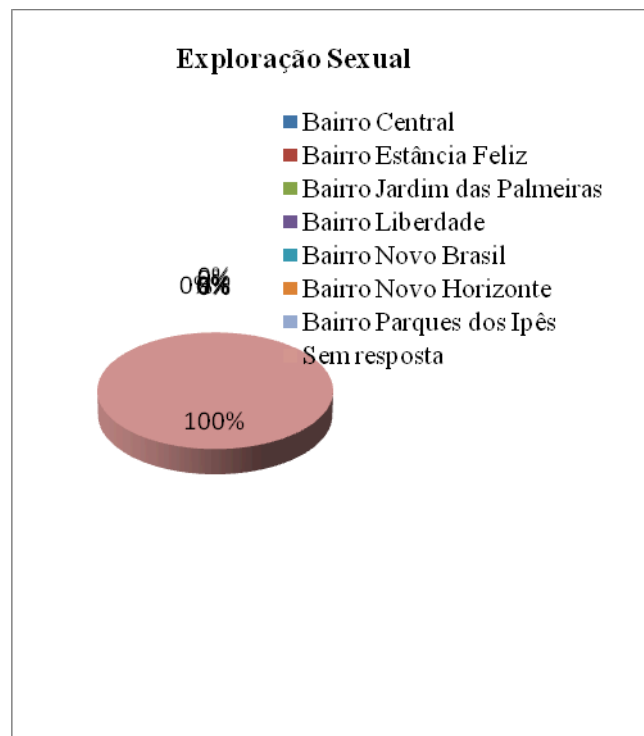
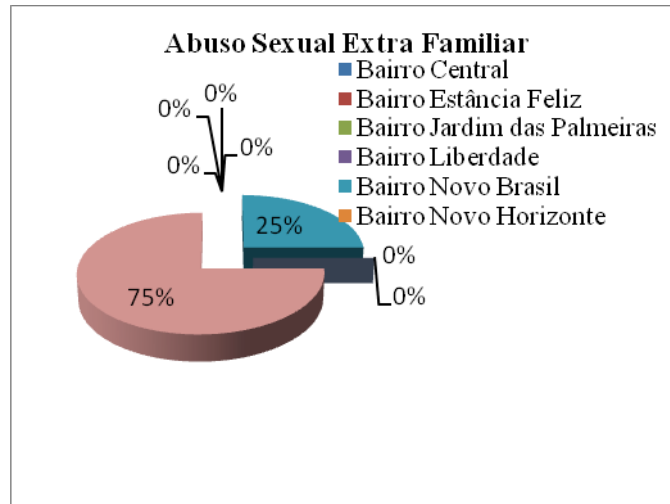
Quanto ao gênero das vítimas a maioria ainda é de meninas, sendo que entre elas 45% foram exploradas sexualmente, 38% foram abusadas por pessoas de fora do seu círculo familiar e 14% sofreram abuso sexual intrafamiliar. Entre os meninos, 50% sofreram exploração sexual e 25% foram vítimas de abuso sexual extrafamiliar.

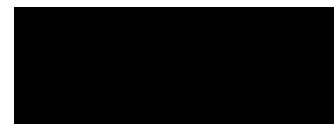




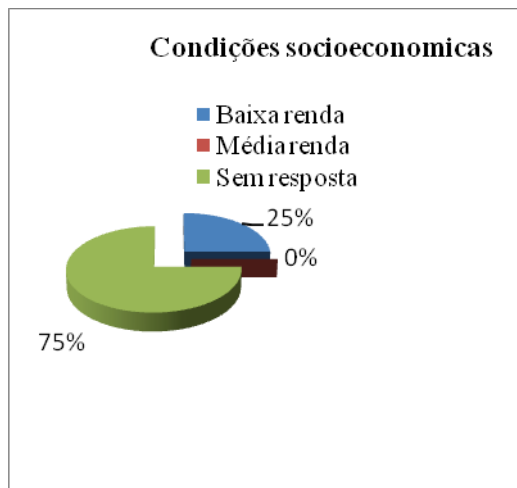
As localidades onde ocorrem os abusos sexuais intrafamiliares são bastante diversificadas: Bairro Central, Estância Feliz, Jardim das Palmeiras, Liberdade, Novo Brasil, Novo Horizonte e Parque dos Ipês. Os abusos sexuais extrafamiliares, segundo os entrevistados, ocorrem no Bairro Central e para os casos de exploração sexual não há informação da localização de sua ocorrência.



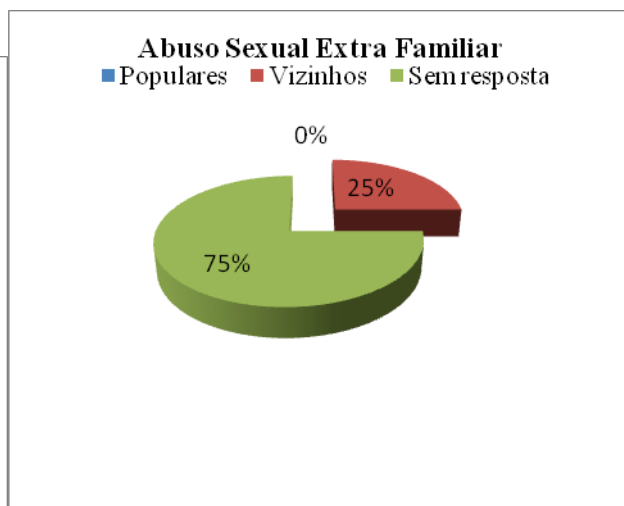
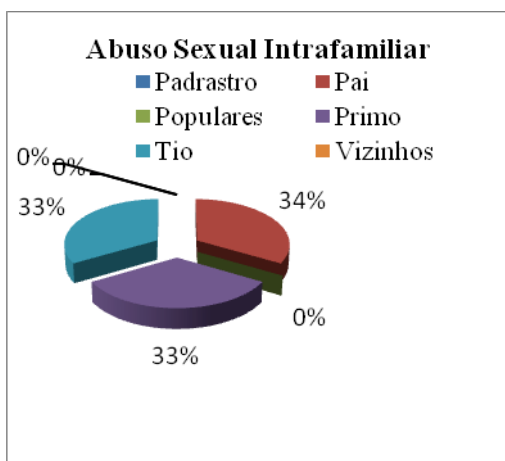


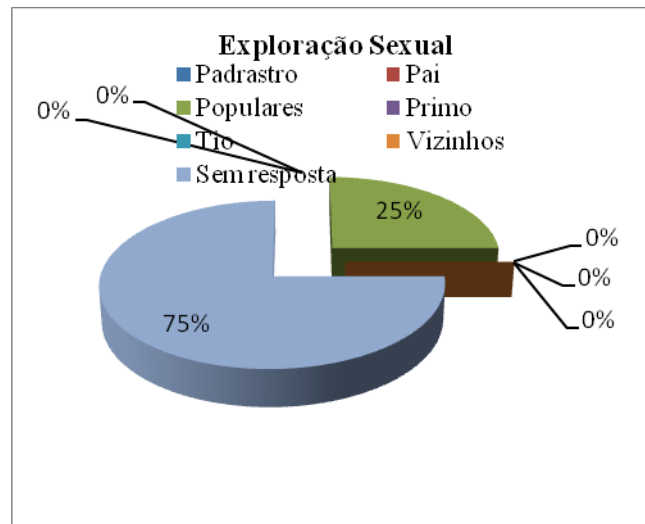
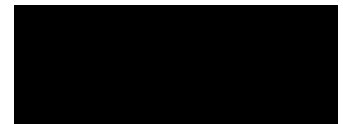


Quando questionados sobre as condições socioeconômicas das vítimas de violência sexual, apenas 25% respondeu, dizendo ser sua ocorrência em classe de baixa renda.



Quanto ao autor da violência, no abuso sexual é registrado que o pai (34%), padrasto (33%) ou primo (33%) são os maiores autores desse tipo de crime. No abuso sexual extrafamiliar 25% são vizinhos. 25% dos que exploraram sexualmente crianças e adolescentes são os “populares”.

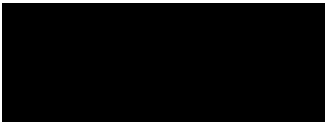




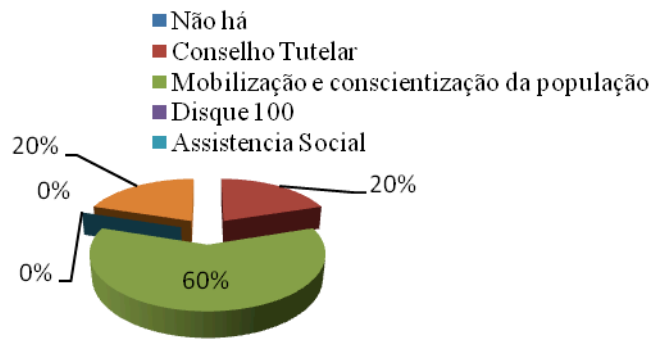
Os dados acima, sobre casos de violência sexual, revelam a existência desta problemática, sem haver um tratamento estatístico que possa oferecer dados mais precisos na tipificação do fenômeno.

Em relação à existência do Plano Municipal de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, apenas um órgão relatou desconhecer a existência do mesmo no município. Em relação a ter participado da elaboração do mesmo, as respostas foram as mais diversificadas, desde que participou, mas não possui o plano feito ou ele não é aplicado no município, até não ter participado e não ter recebido uma cópia do mesmo.

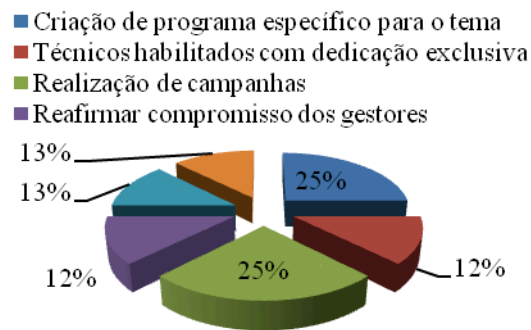
A grande maioria cita o trabalho de mobilização e conscientização como sendo o mais eficaz no enfrentamento à violência sexual. A campanha "Canaã contra a Pedofilia" foi muito citada. Sendo, portanto, a criação de programas específicos e campanhas de enfrentamento a esse tipo de violência o mais citado como sugestão.



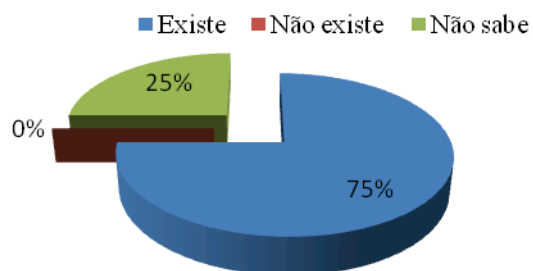
### Trabalho no Enfrentamento

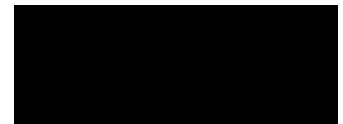


### Sugestões de Enfrentamento



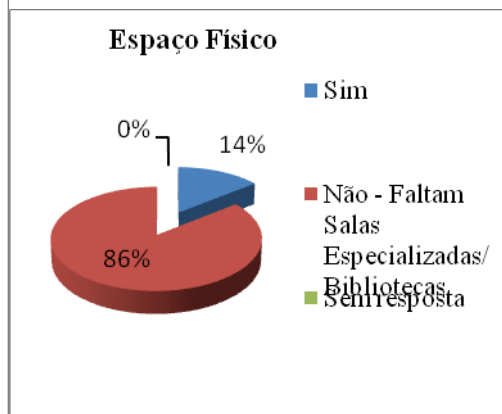
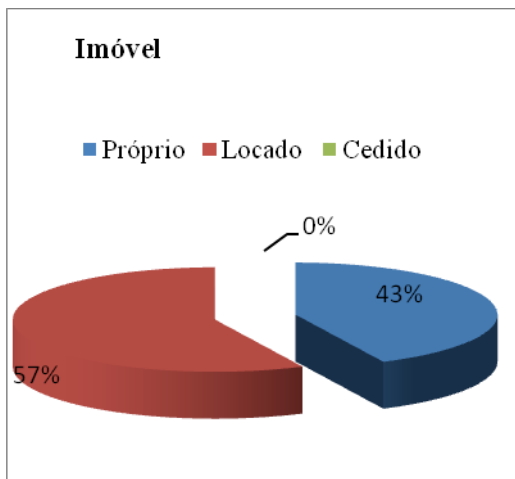
### Existe Plano Municipal?



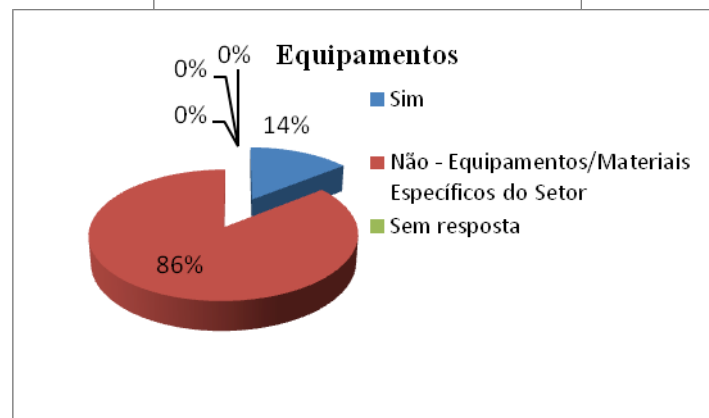
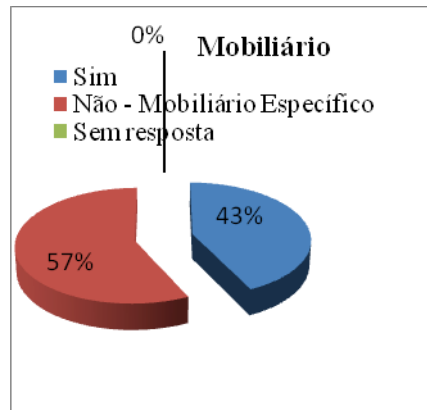
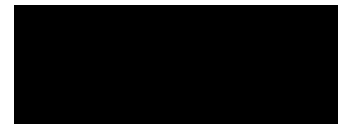


**Eixo atendimento e prevenção:**

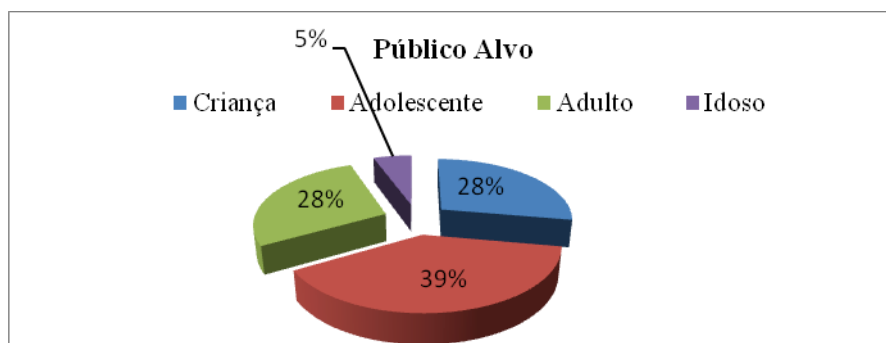
Os órgãos do Sistema de Garantia de Direitos (SGD) que compõe o eixo Atendimento e Prevenção entrevistados foram a Secretaria de Educação, Secretaria de Saúde, Secretaria de Ação Social (Casa de Passagem, CREAS, CRAS), Centro de Atenção Psicossocial, Programa Saúde na Escola. Essas instituições em sua totalidade são ligadas ao governo municipal. A missão de cada órgão varia entre acolher e proteger crianças e adolescentes até a proteção social em sentido mais amplo. 43% dos órgãos estão em imóvel locado. 86% consideram que o espaço físico é inadequado, sendo a maior queixa a falta de salas especializadas para atendimento. O mobiliário parece ser adequado para 43% das organizações e apenas 14% consideram os equipamentos suficientes.

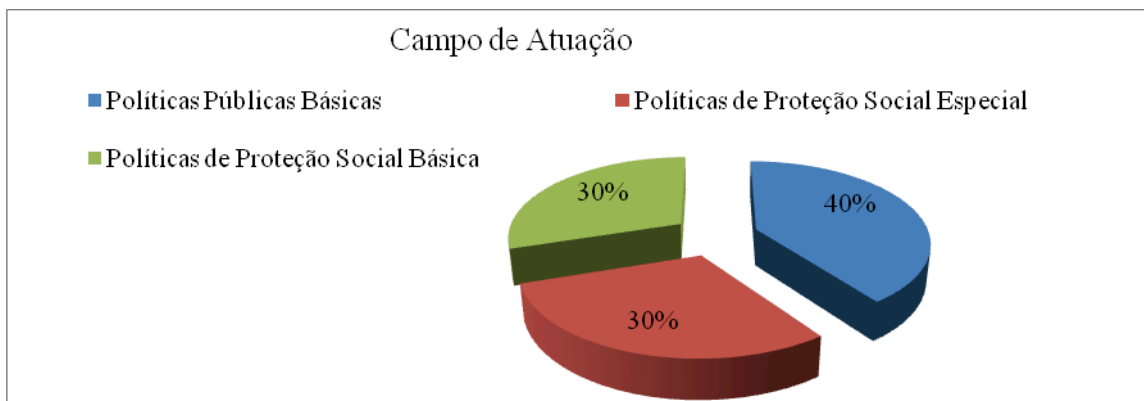
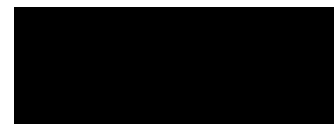




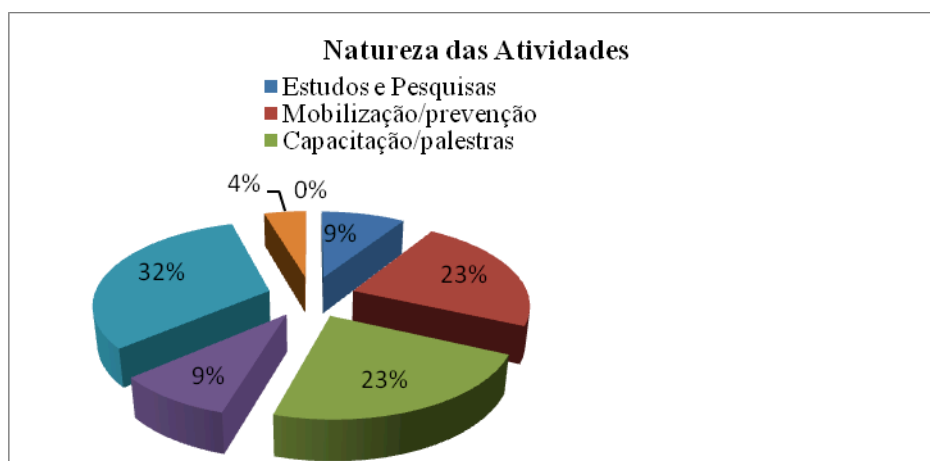


As instituições entrevistadas possuem um quadro significativo de profissionais, sendo 39 profissionais lotados na Assistência Social, 14 na Saúde e 451 na Educação. A maioria atua nas Políticas Públicas Básicas, que estão atentas à prevenção de situações de violação de direitos de seu público beneficiado, que em sua maioria (67%) é de crianças e adolescentes.

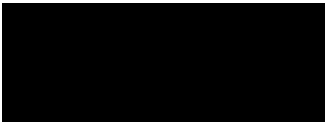




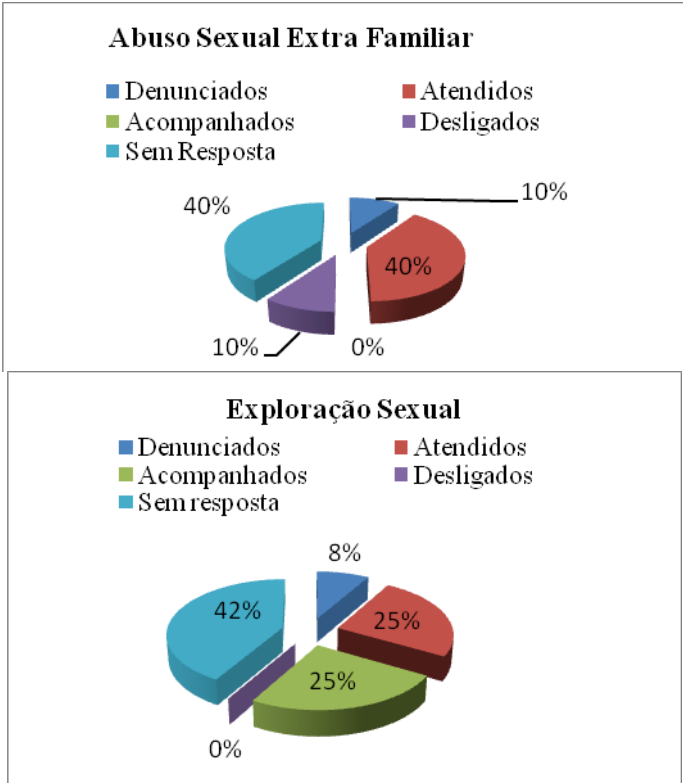
A maioria tem suas atividades centradas no atendimento e acompanhamento de seus beneficiados. A fonte de financiamento para a execução das atividades provém dos Governos Federal e Municipal. Como o município hospeda um grande empreendimento empresarial, 7% das atividades são financiadas pelos royalties da companhia.

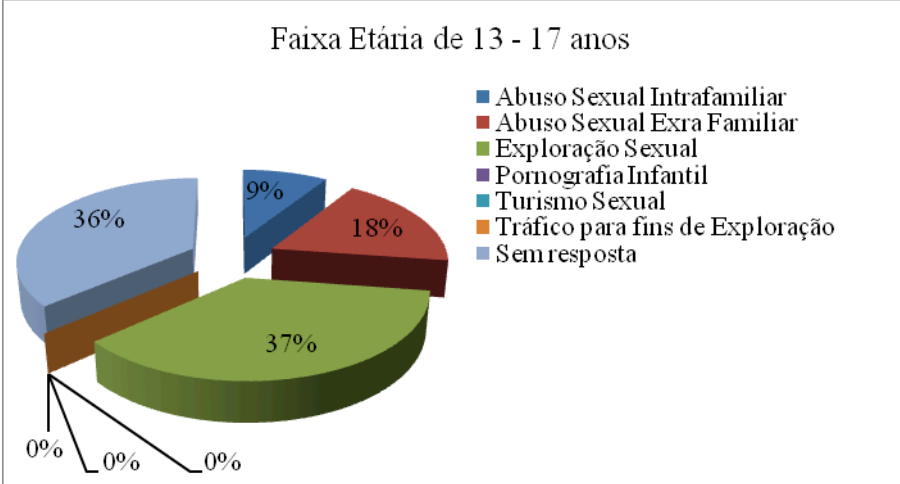
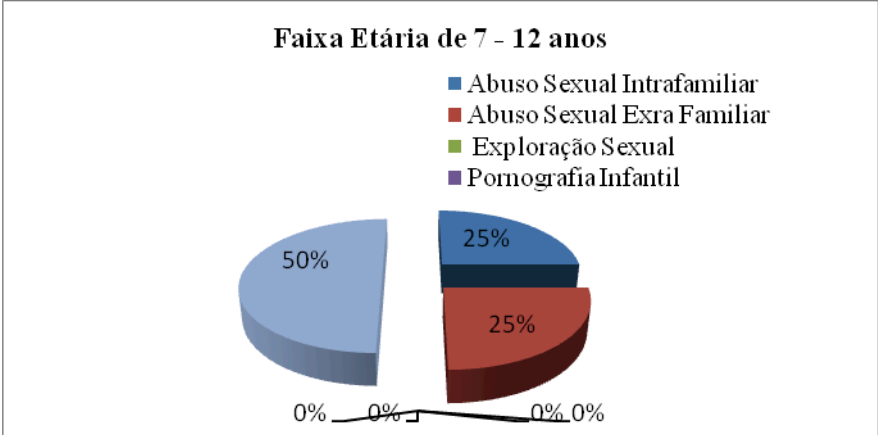
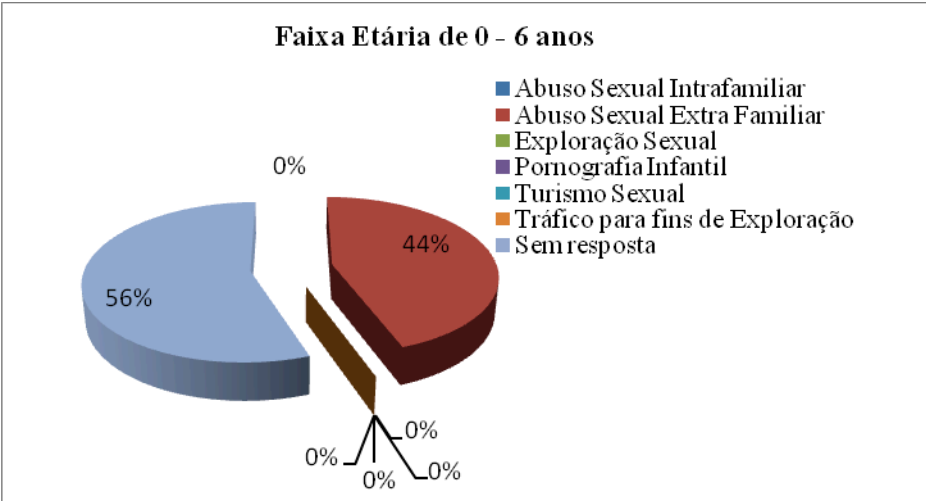
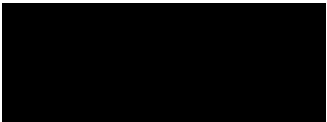


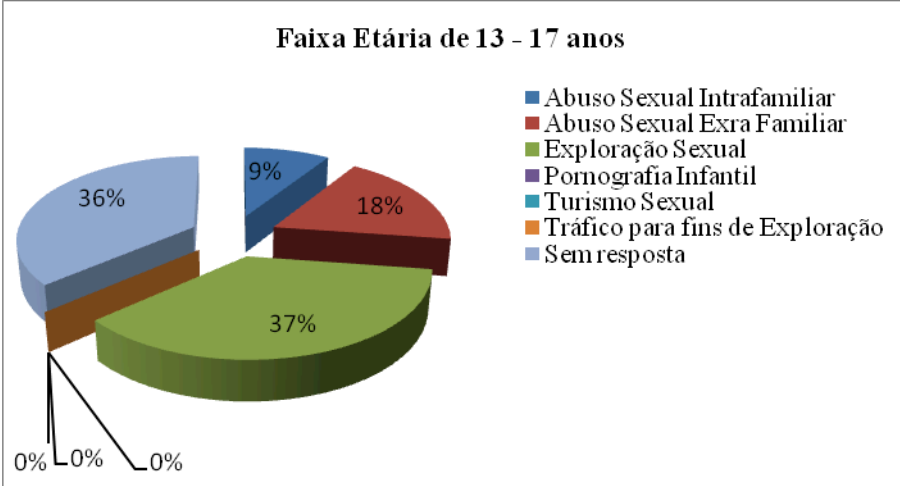
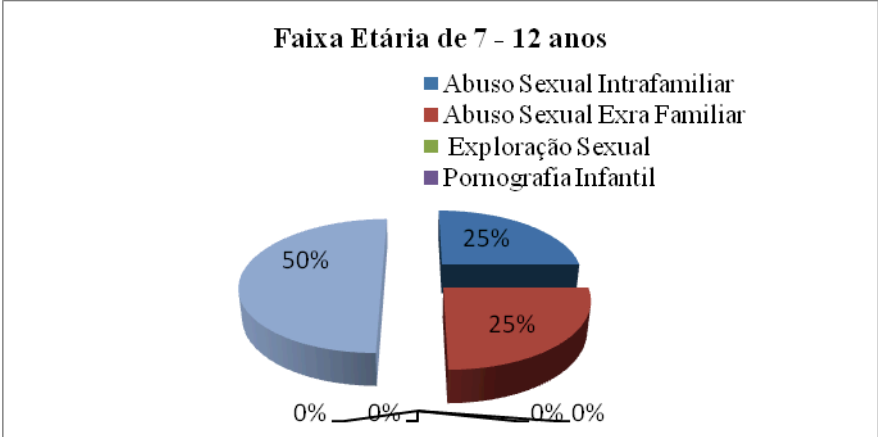
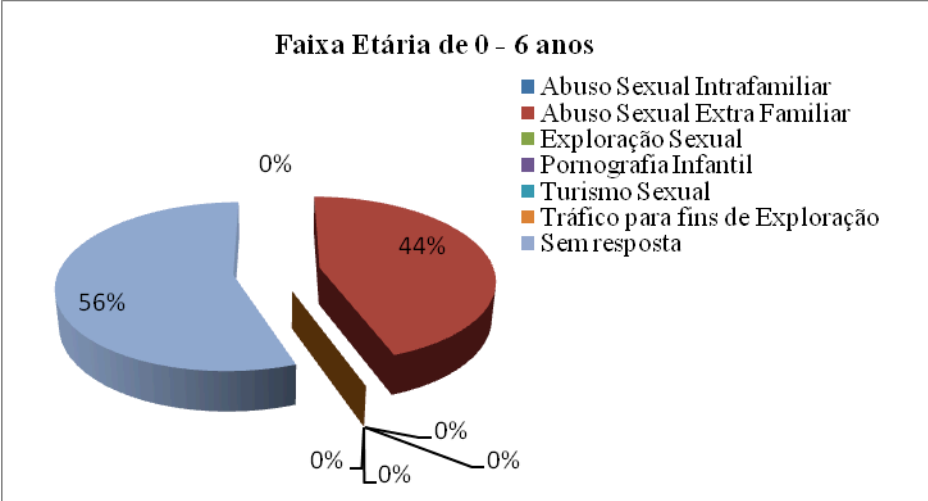
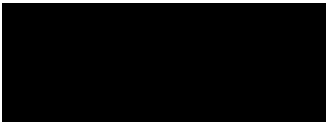
Todos os entrevistados relatam a existência de violência sexual contra criança e adolescente no município. No entanto, cinco entrevistados não possuem estatísticas sobre os casos. As estatísticas apresentadas nos gráficos foram apresentadas pelo Conselho Tutelar e Saúde. O Conselho Tutelar não apresentou os dados sistematizados por tipificação, faixa etária, gênero, local de ocorrência, nível de escolaridade, condições socioeconômicas e dados sobre a pessoa que cometeu a violência, o que impossibilitou um tratamento estatístico dos dados mais apurado. Os dados repassados pela saúde revelam pouca diferença significativa entre os tipos de violência: abuso sexual intrafamiliar (8), extrafamiliar (6) e exploração sexual (7), sendo que a maioria dos casos foi atendida. Entre a faixa etária de 0 a 6 anos o abuso sexual intrafamiliar é o tipo de violência notificada, de 7 a 12 anos há uma divisão igualitária entre abuso sexual intrafamiliar e extrafamiliar, já entre adolescentes de 13 a 17 anos verifica-se a incidência de exploração sexual na zona urbana. O abuso sexual ocorre tanto na zona urbana quanto na rural. Todos

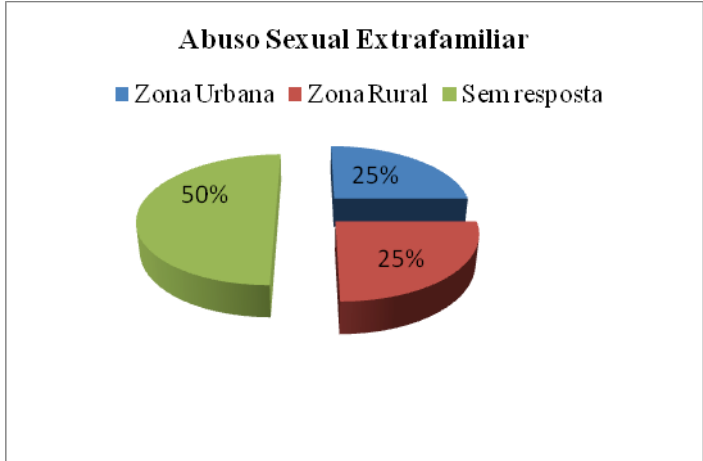
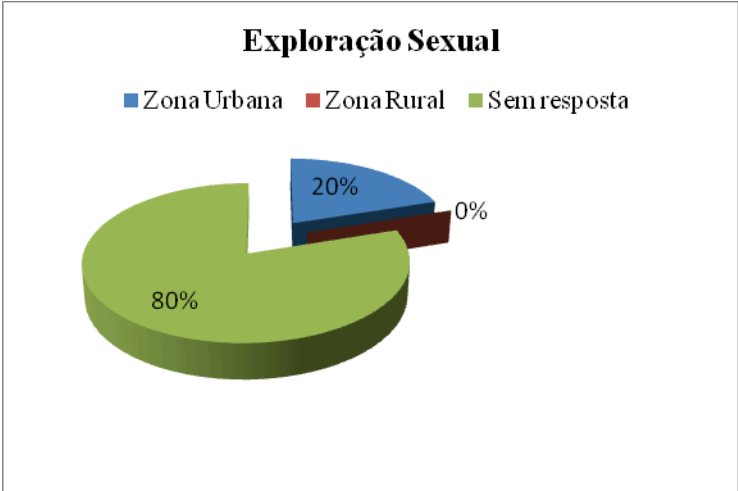
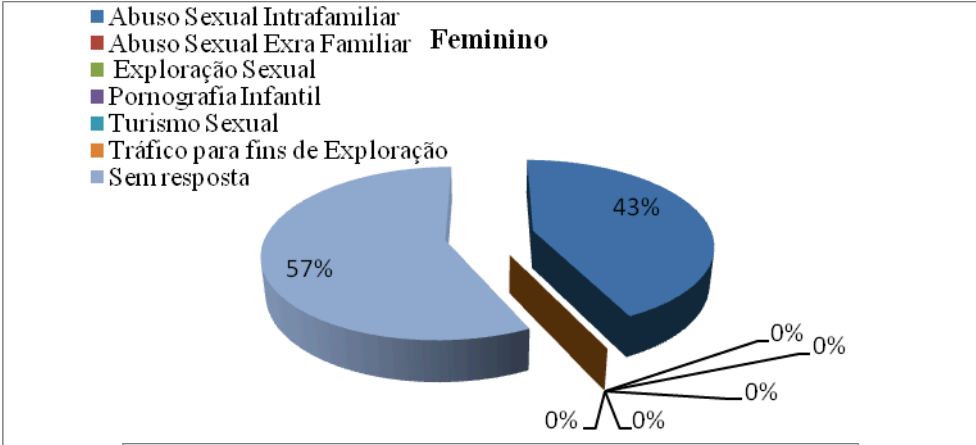
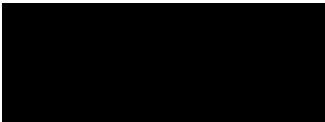


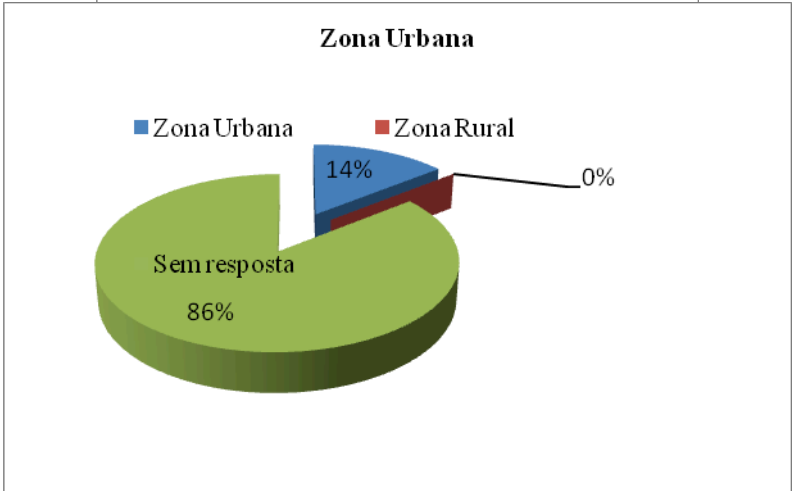
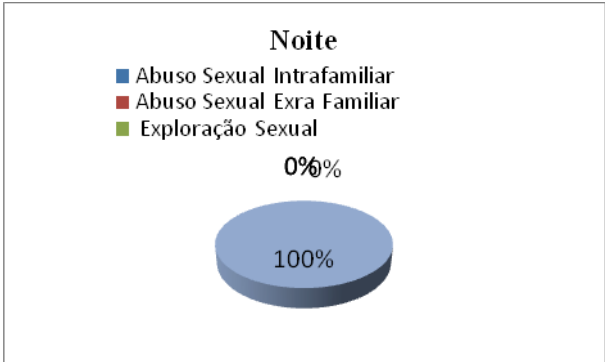
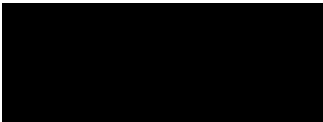
os casos relatados se trata de crianças e adolescentes do gênero feminino violentada por homens, mas é importante destacar que as falas dos entrevistados relatam que a violência sexual contra meninos ocorre, mas que esta é velada. Esses dados revelam que há pouca sistematização dos casos e que muitas ocorrências são subnotificadas.

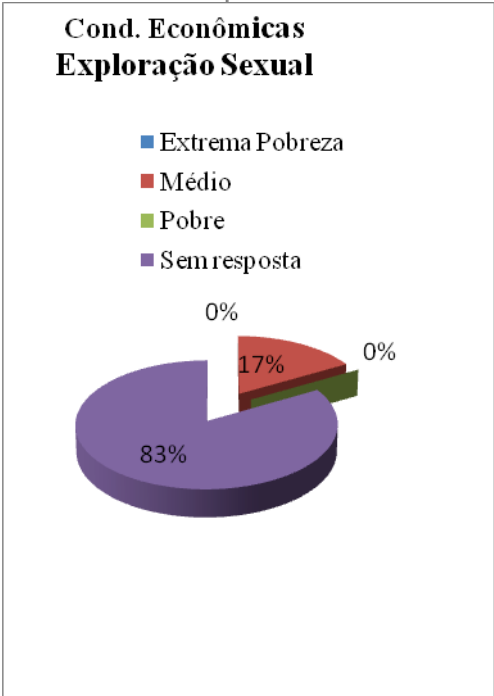
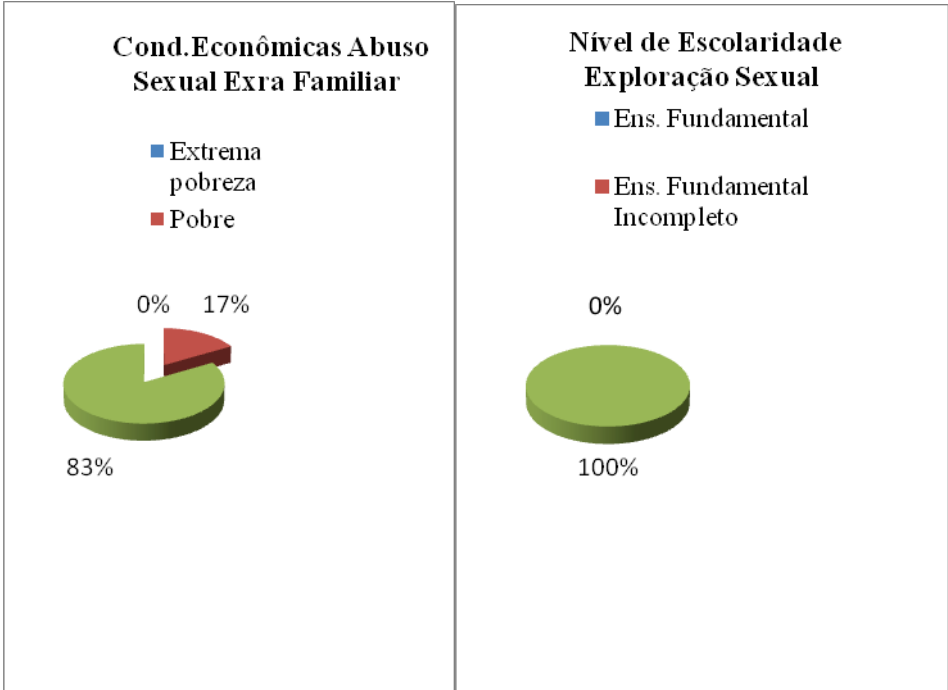
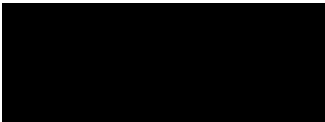




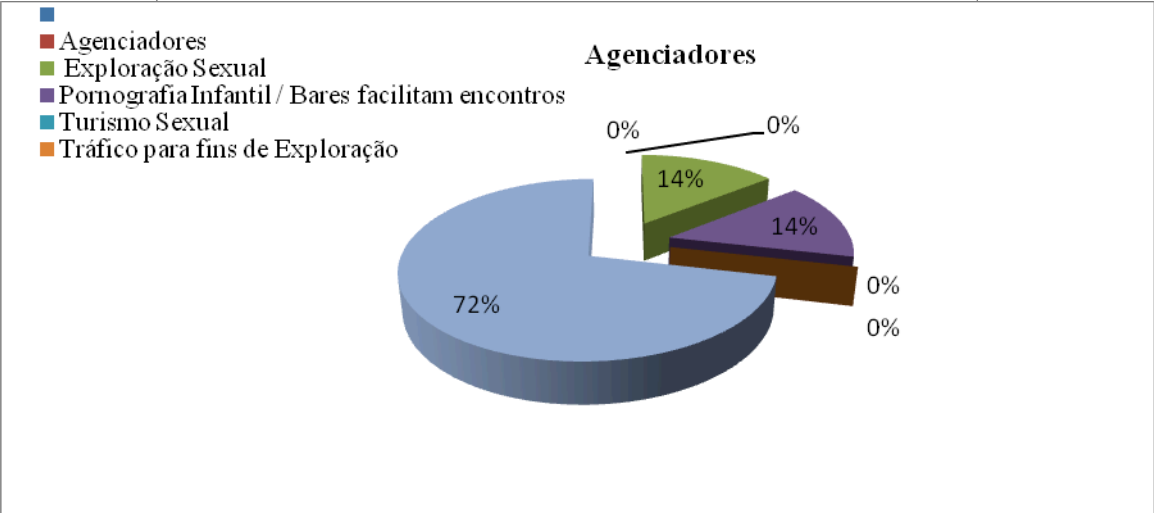
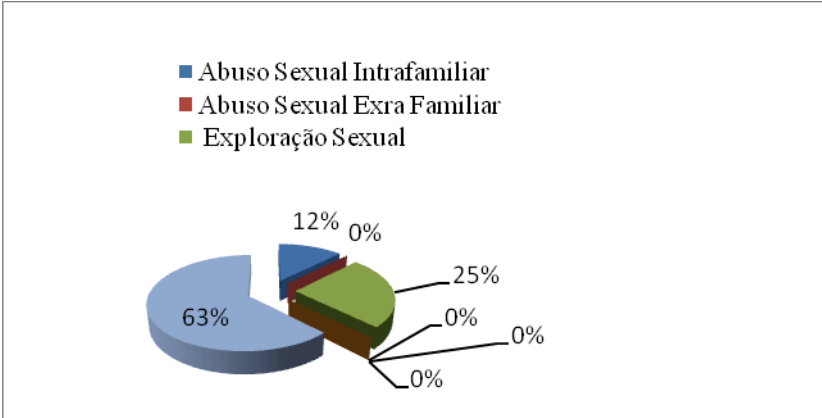
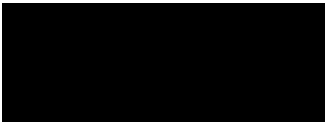






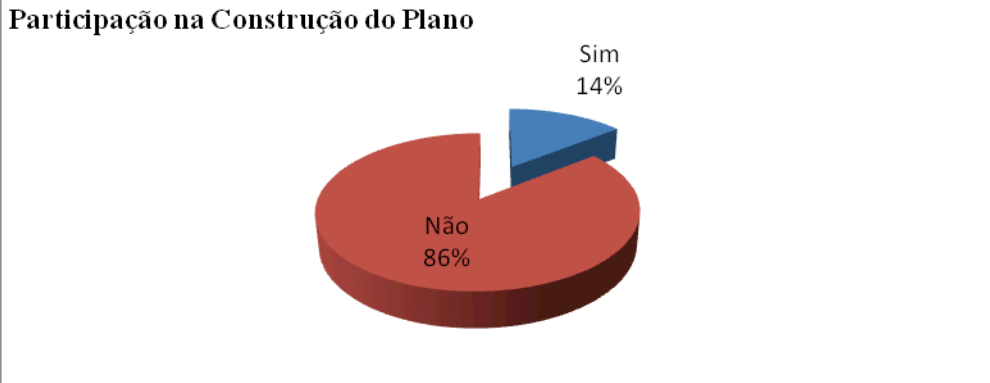
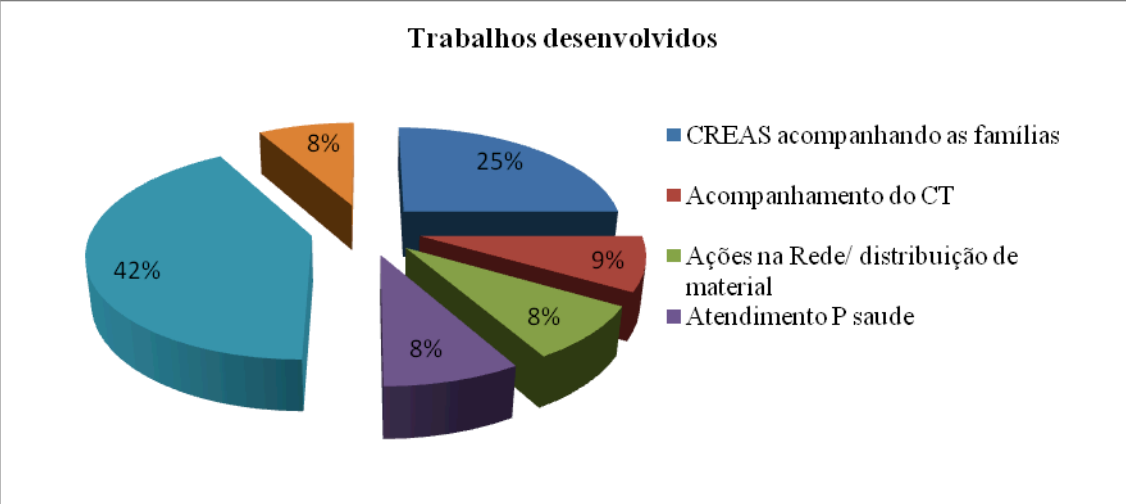
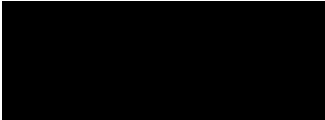


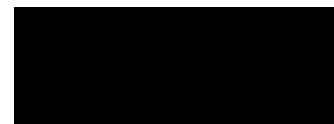




O Plano de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes foi elaborado no município com a participação efetiva do CMDCA. Como exemplo de trabalho bem sucedido no enfrentamento à violência sexual citam campanhas, seguido do CREAS. Como sugestão para o aprimoramento do enfrentamento à violência sexual infantojuvenil é citada a capacitação de profissionais.



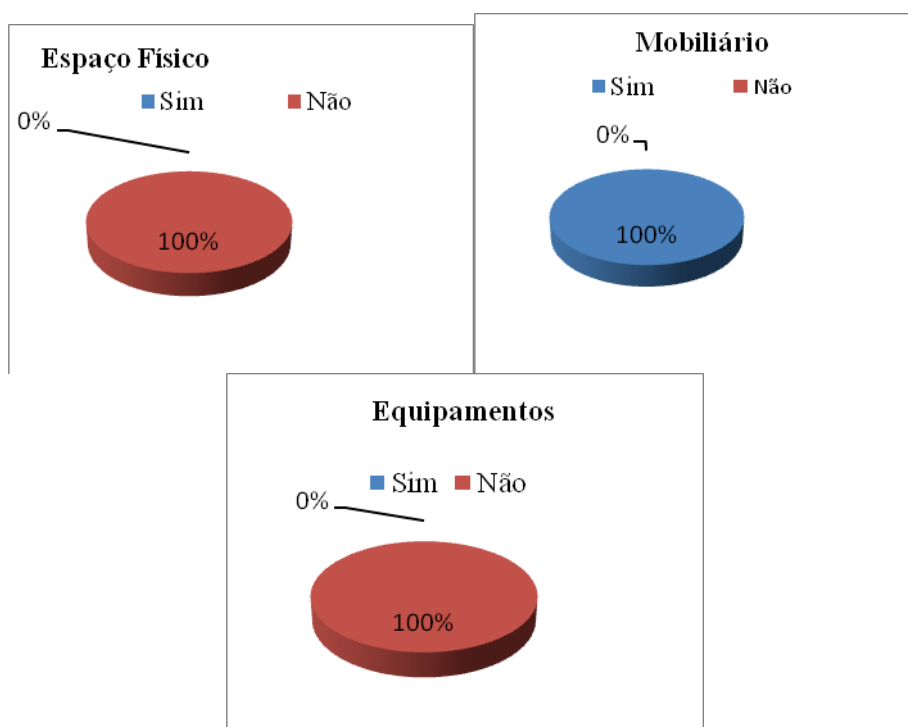




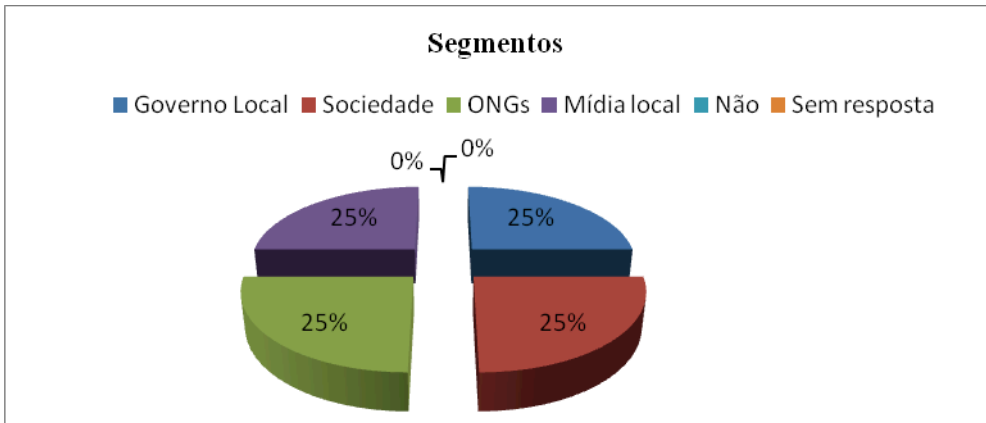
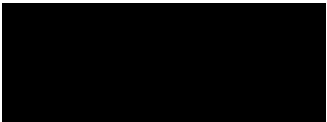
**Eixo Controle Social:**

O único órgão deste eixo é o Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), sendo que o tratamento de dados a seguir considerou dois questionários que foram respondidos por um representante do governo e outro da sociedade civil no CMDCA. Esta composição se dá de forma a respeitar o aspecto paritário de um Conselho de Direitos.

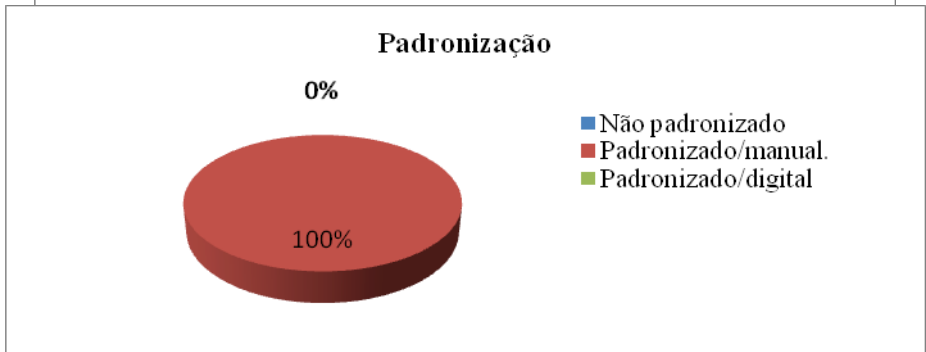
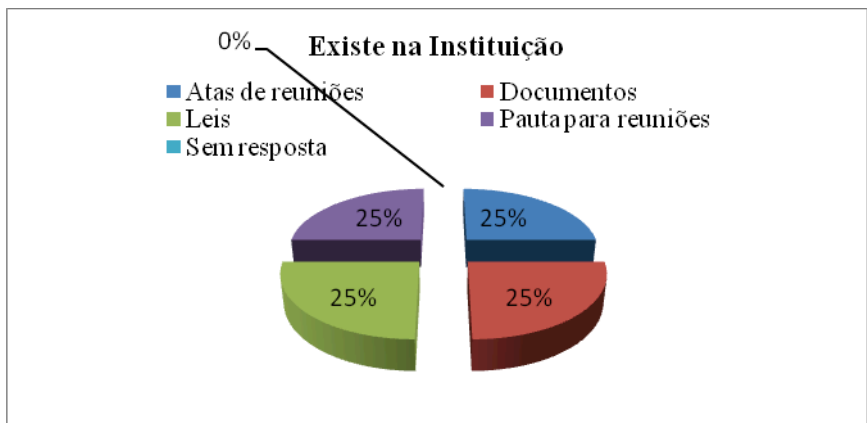
O imóvel onde está situado o CMDCA é locado e, segundo dados coletados, com espaço físico pouco apropriado por dividir com outros Conselhos de Direitos. Os mobiliários são adequados, no entanto, há falta de computadores.

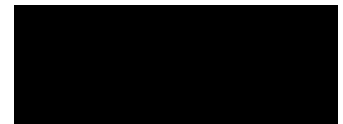


O quadro de profissionais do CMDCA é composto por um assistente social e dois secretários auxiliares. Quanto à organização da rotina há reuniões mensais ordinárias, sempre no 12º dia do mês, conforme o regimento interno. Além dessas reuniões há também reuniões extraordinárias. As atividades de mobilização são realizadas, segundo os dados coletados, com o governo local, sociedade, Organizações Não Governamentais e mídias locais.

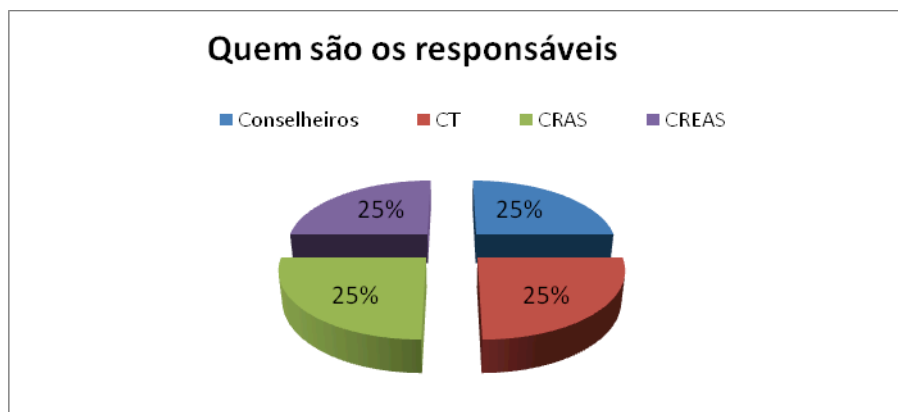


As respostas sobre o registros de informações foram evasivas, uma não respondeu e a outra disse que "é necessário". Sendo os documentos-atas e pautas das reuniões, leis. Os documentos são manuais e de fácil acesso. São utilizados para planejamento.

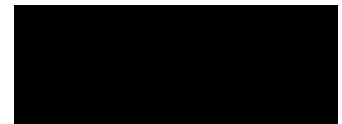




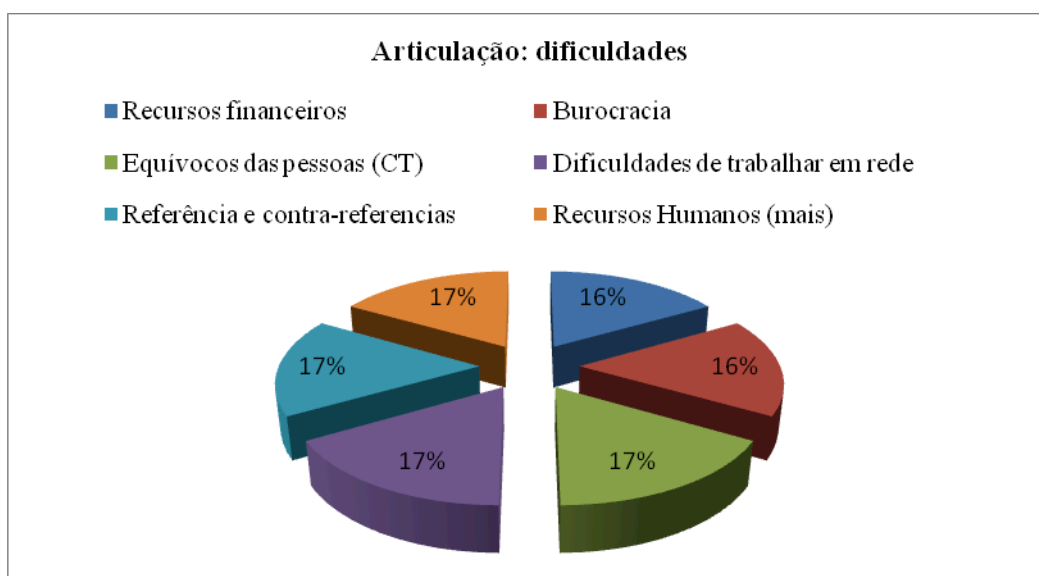
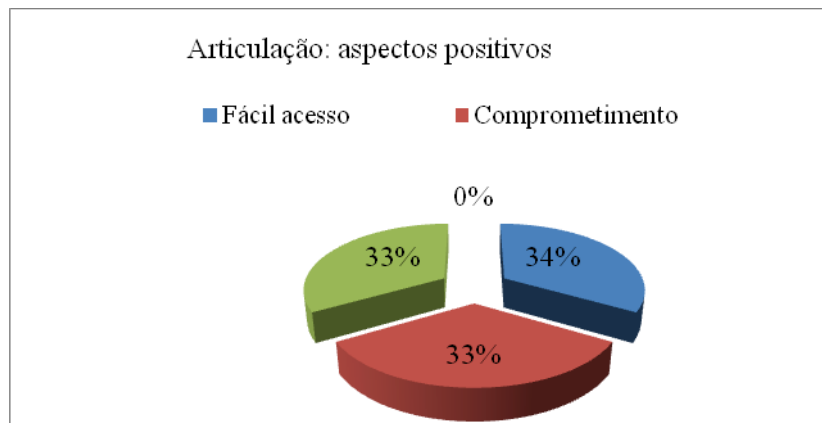
O planejamento para o ano de 2013 não foi realizado, mas farão para 2014 entre janeiro e março. A avaliação e o monitoramento é responsabilidade dos Conselheiros de Direitos, Conselho Tutelar, CRAS e CREAS.



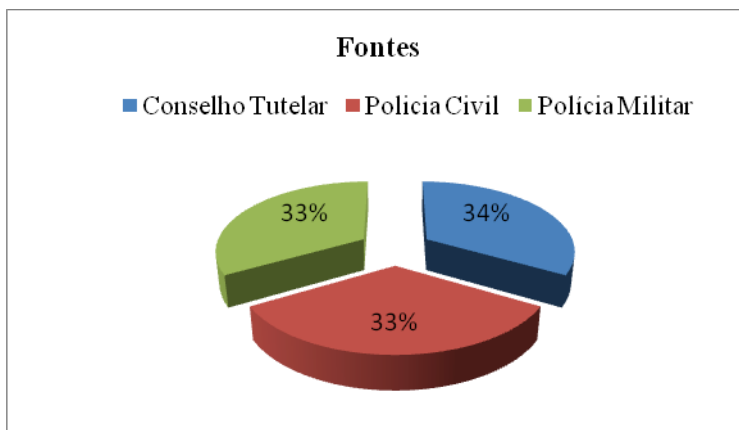
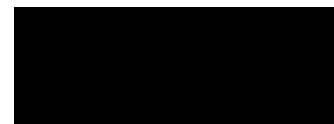
No CMDCA a articulação entre instituições, ações e programas acontece através das assembleias do CMDCA e das comissões que fazem parte da governança deste órgão. A Secretaria de Desenvolvimento Social, a Delegacia de Polícia, o Ministério Público, o Juizado, o Conselho Tutelar e as Polícias Militar e Civil foram citadas como parceiros do Conselho de Direitos. Os aspectos positivos citados a respeito da articulação da rede são o fácil acesso, o comprometimento e a prioridade dada aos casos de crianças e adolescentes. Em contrapartida, as maiores dificuldades se dão quando não ocorre a referência e contrarreferência. A dificuldade de trabalhar em rede e o equívoco das pessoas também



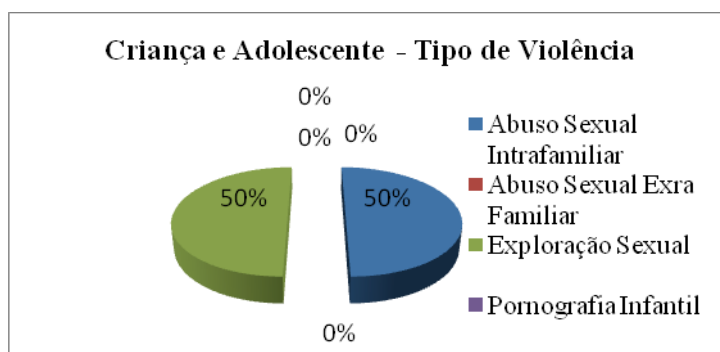
foram citados como aspectos negativos. A burocracia, a falta de recursos financeiros e humanos também são dificultadores do trabalho em rede. Não nos foram oferecidas as listagens das instituições cadastradas no CMDCA, portanto, não podemos obter a dimensão das organizações que trabalham com crianças e adolescentes no município.



Como fonte de informação a respeito de situações de violência sexual contra criança e adolescente no município citam a Polícia Civil, Militar e o Conselho Tutelar. Não há informação sobre pesquisa ou diagnóstico sobre a situação de violência sexual contra criança no município.



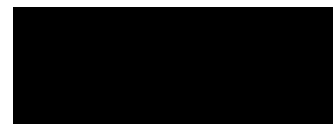
Em relação à incidência de violência sexual no município relatam apenas 2 casos, um de abuso sexual intrafamiliar e outro de exploração sexual. O encaminhamento da denúncia foi feito ao Conselho Tutelar, no entanto não foi informado nenhum outro encaminhamento a partir deste.



Quanto a localidade que mais ocorre violência sexual, apesar de não ser um dado sistematizado, são os bairros Novo Brasil e Novo Horizonte e as invasões para casos de abuso sexual intrafamiliar e para a exploração sexual foi indicado como bairro Maranhense, a Rua das “Priquitas”, o morro que segue até o S11D.

Relatam a existência do Plano Municipal de Enfrentamento à Violência Sexual contra Criança e Adolescente em Canaã dos Carajás, desde dezembro de 2012.

As campanhas são citadas como uma ação bem sucedida de enfrentamento à violência sexual infantojuvenil. A necessidade de um número de telefone para denúncias e o reforço no atendimento às vítimas são duas sugestões dadas pelo CMDCA para o aprimoramento do trabalho na região.



**6.1. Fotos**

18/09/13: Entrevista no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

